



COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 19.526.748/0001-50
Praça José Inácio Peixoto, 28
Cataguases, MG – CEP 36.772-900
www.cataguases.com.br

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA A SER REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2013

(Valores em Reais mil, exceto quando indicado)

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, JÁ DIVULGADA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS EM 18 DE MARÇO DE 2013, PARA A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2012 DE ACORDO COM O ANEXO 9-1-II DA IN CVM Nº 481, A SER APROVADA PELOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCADA PARA O DIA 18 DE ABRIL DE 2013.

1. Informar o lucro líquido do exercício:

R\$ 5.173 em 2012.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Juros sobre capital próprio de R\$ 1.715 perfazendo R\$ 11,4303 por ação ordinária e R\$ 60,5173 por ação preferencial, os quais serão integralmente antecipados e quitados em 19/03/2013.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

26,1%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores: (Não se aplica)

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe: (Vide item 2 acima)
- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio: (Vide item 2 acima)
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio (Não se aplica).
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio



considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.
(Vide item 2 acima)

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados (Não se aplica)
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos (Não se aplica)

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro líquido	Lucro líquido por ação	Lucro líquido por ação ordinária	Lucro líquido por ação preferencial
2012	5.173	35,60	35,57	39,13
2011	14.742	101,45	101,38	111,51
2010	14.657	100,87	100,79	110,88
2009	15.927	109,61	109,53	120,49

- b. Dividendo e juros sobre capital próprio (valor líquido) distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

Exercício	Dividendo total	Ação ordinária	Ação preferencial
2012	1.458.042,08	9,7158	51,4397
2011	12.019.191,11	82,4828	113,2189
2010	7.588.036,37	51,9760	86,6666
2009	6.365.437,28	43,7679	48,1448

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal:

R\$259.

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Lucro líquido do exercício – R\$ 5.173
Percentual da Reserva legal – 5%
Reserva legal = 5.173 x 5% = R\$ 259

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:



- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

Conforme o artigo 6º, alínea “c” do Estatuto Social da Companhia que prevê que as ações preferenciais têm prioridade de recebimento de um dividendo anual no mínimo de 12% sobre a parcela do capital constituída por essa espécie de ação **ou** de 10% maior do que o valor pago às ações ordinárias, das duas a maior.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:

Sim

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:

Sim

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:

Valor global mínimo: R\$ 67.121,11

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe:

Valor por ação preferencial mínimo: R\$ 60,5239

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Social:

“ARTIGO 38 – Os acionistas terão direito de receber, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76 e obtido após a dedução de que trata o artigo 35 deste Estatuto, que serão colocados à disposição dos acionistas no prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua declaração, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral e, em qualquer caso dentro do exercício social em que for declarado.”

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

A Companhia tem efetuado nos últimos exercícios pagamentos de dividendos acima do valor mínimo obrigatório.

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não há.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia (Não se aplica).



12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências (Não se aplica).

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar (Não se aplica).

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias (Não se aplica).

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção – Reserva para Investimento:

Reserva para Investimento R\$ 3.784

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A proposta orçamentária para o exercício de 2013 tem como principais premissas:

a) **VENDAS LÍQUIDAS:** R\$ 219.082mil;

b) **EBITDA:** R\$ 30.707mil;

c) **LUCRO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS:** R\$ 12.029mil;

d) **INVESTIMENTOS:** R\$ 4.761mil a serem realizados durante o exercício de 2013, tendo o mesmo a seguinte distribuição: i) R\$ 679mil, CAPEX destinados a melhorias na área de informática; ii) R\$ 3.320mil CAPEX de Manutenção; e iii) R\$ 763mil direcionados para o projeto de Meio Ambiente e sustentabilidade. Para a realização dos investimentos previstos, a Companhia utilizará R\$ 977mil de recursos próprios e/ou de terceiros.

(O inteiro teor da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2013 a ser apresentado aos Acionistas da Companhia em Geral Ordinária segue como Anexo II do presente).

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais – não aplicável.

2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA – ELABORADA COM BASE NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (IN CVM 480/09) – PARA A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2013, A SER APROVADA PELOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCADA PARA O DIA 18 DE ABRIL DE 2013.

A remuneração global dos administradores para o exercício de 2013, a ser aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária convocada para o dia 18 de Abril de 2013 é de R\$ 5.012mil.

13. Remuneração dos Administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração



A Política de Remuneração da CIC tem o objetivo de estar alinhada à estratégia do negócio, além de remunerar, reconhecer de forma justa, equilibrada e competitiva seus administradores, estimulando-os na busca de soluções visando à satisfação dos clientes, expansão sustentável dos negócios e retorno aos seus acionistas.

- b. composição da remuneração, indicando:
- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração, para os administradores com função de diretores estatutários, são compostos por Pró- Labore, Remuneração Variável, PGBL, Assistência Médica e Seguro de Vida. Para os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal temos apenas Honorários fixos na composição. Estes elementos de remuneração têm como objetivo retenção e retribuição pelos serviços prestados, levando em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional, resultados alcançados e o valor dos serviços no mercado.

- ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total (Vide Anexo I)
- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O Conselho de Administração aprova todas as políticas, diretrizes e metodologia de remuneração dos administradores da Organização, tendo como base as metas de desempenho estabelecidas, as referências de mercado e índices de inflação. Vale ressaltar que a remuneração máxima global da Administração é objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas, sendo a mesma distribuída entre os órgãos da Administração da Companhia na Reunião do Conselho de Administração e à AGO, conforme determina o Estatuto Social.

Os elementos de remuneração são reajustados da seguinte forma:

- Honorários fixos têm reajuste vinculado à variação do INPC anual. Exceções serão aprovadas pelo Conselho de Administração.
- PGBL tem reajuste vinculado à variação dos honorários fixos.
- Plano de Saúde tem seu reajuste vinculado à variação de custos médicos e índices de sinistralidade.
- Remuneração Variável tem seu reajuste vinculado à aprovação do Conselho de Administração, levando em consideração práticas de Mercado e Estratégia do Negócio.

- iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia é baseada nas práticas de mercado e possuem harmonização com os objetivos da Companhia.

- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O único elemento da remuneração que possui correlação com indicadores de desempenho é a Remuneração variável, que é influenciada pela composição de vários indicadores auferidos em cada exercício social. Entre os principais indicadores estão: Lucro Líquido, Atendimento ao Cliente, E.V.A., Reduzir Despesas Operacionais, Atingimento de Metas de Vendas e Otimizar Custos de Fabricação.

- c. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho



A Remuneração Variável, é estruturado para refletir a evolução dos indicadores de desempenho por meio do modelo de objetivos e metas descritas em um mapa de indicadores, alinhadas a estratégia da empresa. A evolução deste indicador de desempenho tem como seu maior objetivo o retorno do investimento aos seus acionistas no curto, médio e longo prazo.

- d. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo (Verificar item 13.1.d acima)
- e. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos (Não se aplica).
- f. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor (Não se aplica).

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. remuneração segregada em:
 - i. remuneração fixa anual, segregada em:
 - salário ou pró-labore (Vide Anexo I itens Honorários.)
 - benefícios diretos e indiretos (Vide Anexo I itens PGBL e Assistência Médica)
 - remuneração por participação em comitês (Não Aplicável.)
 - outros (Não Aplicável.)
 - ii. remuneração variável, segregada em:
 - bônus (Vide Anexo I item Remuneração Variável.)
 - participação nos resultados (Não aplicável)
 - remuneração por participação em reuniões (Não Aplicável.)
 - comissões (Não Aplicável.)
 - outros (Não Aplicável.)
 - iii. benefícios pós-emprego (Não Aplicável).
 - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (Não Aplicável).
 - v. remuneração baseada em ações (Não Aplicável).
- d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e o conselho fiscal (Vide Anexo I).



- e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal (Vide Anexo I).

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (Idem item 13.3.c.ii acima)
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

As informações solicitadas nos subitens acima constam do Anexo I na coluna referente a Remuneração Variável

- d. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (Não Aplicável.)
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (Não Aplicável.)
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (Não Aplicável.)
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais (Não Aplicável.)

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo



- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A empresa não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Apresentamos abaixo as informações agrupadas por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Órgão	Tipo de Ação	
	Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	104	0
Conselho Fiscal	0	0
Diretoria	3.265	58

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão



- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
- i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- e. valor justo das opções na data de outorga
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

A empresa não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
- i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
- i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

A empresa não possui remuneração baseada em opções, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão



- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

A empresa não possui remuneração baseada em ações e opções, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A empresa não possui remuneração baseada em ações e opções, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão

Somente os membros da Diretoria Executiva da Companhia possuem PGBL

- b. número de membros

04 (quatro), contudo o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro encontra-se vacante, tendo o Diretor Presidente acumulado o cargo até a eleição do mesmo.

- c. nome do plano

Programa de Previdência Complementar – Itaú Vida e Previdência S/A

- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

1 (hum) Diretor reúne condições para se aposentar.



- e. condições para se aposentar antecipadamente (Não se aplica).
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

O valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores é de R\$ 1.937.509,49 (hum milhão, novecentos e trinta e sete mil, quinhentos e nove reais e quarenta e nove centavos).

- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

O valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores é de R\$ 535.966,51 (quinhentos e trinta e cinco mil, novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e um centavos)

- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Sim. O segurado poderá solicitar o resgate, total ou parcial do saldo de contribuições realizadas pelo participante a partir do 60º (sexagésimo) dia contado da data de adesão do segurado ao PGBL. Além disso ocorrendo invalidez total e permanente ou falecimento do segurado antes do início do recebimento do capital segurado, o segurado ou seus beneficiários receberão o valor da provisão matemática de benefícios a conceder, sendo paga de uma só vez, dispensado qualquer tipo de carência.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

Órgão	2012			2011			2010			Valores em R\$
	Maior Remuneração	Menor Remuneração	Média da Remuneração	Maior Remuneração	Menor Remuneração	Média da Remuneração	Maior Remuneração	Menor Remuneração	Média da Remuneração	
Conselho de Administração	R\$ 8.137	R\$ 8.137	R\$ 8.137	R\$ 7.760	R\$ 7.760	R\$ 7.760	R\$ 7.300	R\$ 7.300	R\$ 7.300	
Conselho Fiscal	R\$ 3.450	R\$ 3.450	R\$ 3.450	R\$ 3.290	R\$ 3.290	R\$ 3.290	R\$ 3.095	R\$ 3.095	R\$ 3.095	
Diretoria	R\$ 36.004	R\$ 32.995	R\$ 34.500	R\$ 34.335	R\$ 31.465	R\$ 32.900	R\$ 32.300	R\$ 29.600	R\$ 30.950	

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A companhia oferece aos administradores que compõem a Diretoria Executiva da CIC, em virtude dos mesmos assumirem responsabilidades legalmente atribuídas ao cargo, um documento onde diz que a companhia tomará todas as providências e assumirá todos os custos necessários para defendê-los em



quaisquer procedimentos, incluindo mas não se limitando a investigações, reclamações, inquéritos, ou processos judiciais ou extrajudiciais, de qualquer natureza, até decisão final com trânsito em julgado, independentemente do local ou jurisdição, órgão, fórum ou instância em que sejam iniciados e terminados, bem como se responsabiliza por assumir os débitos ou reembolsá-los de quaisquer valores decorrentes de tais procedimentos, que tenham por objeto atos relacionados com os deveres e responsabilidades exclusivas do exercício do seu cargo na Companhia e que resultem em diminuição do patrimônio.

Em 2012, a Companhia contratou com a Chartis Seguros Brasil S/A um Seguro de Responsabilidade para Administradores – D&O – cujo objetivo é o pagamento, a título de perdas, devidos a terceiros pela Pessoa Segurada, decorrente de uma reclamação da sociedade e/ou decorrente de uma reclamação de Valores Mobiliários no período da gestão do administrador.

Além disso, no caso de encerramento contratual (pelas contratantes), os administradores que compõem a Diretoria Executiva têm direito a cobertura de plano médico por até 03 (três) meses após a rescisão contratual.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

O percentual da remuneração de cada órgão, reconhecido no resultado da empresa referente a membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, estão descritos na tabela abaixo:

Órgão	% Parte Relacionada		
	2012	2011	2010
Conselho de Administração	40%	40%	40%
Conselho Fiscal	33%	33%	33%
Diretoria	67%	67%	52%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Órgão	Valores em R\$		
	2012	2011	2010
Conselho de Administração	-	-	-
Conselho Fiscal	55.779,47	79.000,00	50.759,46
Diretoria	-	-	-

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos



Não houve pagamento de remuneração para membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal por parte da controlada.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre o “Item 13”.

4. RELAÇÃO DE CANDIDATOS APOIADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES DA COMPANHIA PARA A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO POR UM MANDATO DE 01(UM) ANO, EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A SER REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2012.

CANDIDATOS AOS CARGOS DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.6 A 12.10	
ITEM 12.6 – Informações Gerais	
Nome	Eduardo Peixoto Ferreira Leite
Idade	47 anos
Profissão	Engenheiro
CPF ou Passaporte	865.851.347-53
Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração
Data de eleição	
Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2013
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador
ITEM 12.7 – Não Aplicável (“n.a.”)	
ITEM 12.8 – Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando	
Nome da empresa	Banco Itaú S/A
Cargo	Diretor Estatutário
Funções inerentes ao cargo	Distribuição de serviços financeiros e administração do capital de débito.
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Instituição financeira
Nome da empresa	Banco Itaucard S/A
Cargo	Diretor Estatutário
Funções inerentes ao cargo	Distribuição de serviços financeiros e administração do capital de débito.
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Instituição financeira
Indicação de todos os cargos de administração	Diretor e Membro do Conselho de



que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	Administração
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.
ITEM 12.9 – Relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre	
a. administradores do emissor	Parentesco até 2º grau de administradores do emissor
b. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Parentesco até 2º grau de administrador da controlada Domínio Imobiliária, Empreendimentos e Participações Ltda.
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Membro da Família Peixoto detentora do controle acionário da Companhia
d. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	n.a.
ITEM 12.10 – Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor	n.a.
b. controlador direto ou indireto do emissor	n.a.
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de algumas dessas pessoas	n.a.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.6 A 12.10

ITEM 12.6 – Informações Gerais

Nome	RICARDO DIAS DA CRUZ AFFONSO FERREIRA
Idade	66 anos
Profissão	Empresário
CPF ou Passaporte	164.073.427-91
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho de Administração
Data de eleição	
Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2013
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	n.a.

ITEM 12.7 – Não Aplicável (“n.a.”)

ITEM 12.8 – Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando

Nome da empresa	Companhia de Marcas (proprietária das marcas Richards, Salinas, Ferreira&Luz e Bitang)
Cargo	Sócio – Diretor
Funções inerentes ao cargo	Responsável pela área administrativa e comercial.
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Ramo Têxtil e Confeccionados
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha	n.a.



ocupado em companhias abertas	
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	<p>iii. qualquer condenação criminal: n.a.</p> <p>52 qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a.</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.</p>
ITEM 12.9 – Relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre	
a. administradores do emissor	n.a.
b. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	n.a.
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	n.a.
d. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	n.a.
ITEM 12.10 – Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor	n.a.
b. controlador direto ou indireto do emissor	n.a.
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de algumas dessas pessoas	A Companhia de Marcas é cliente da Companhia Industrial Cataguases há mais de 5 anos.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.6 A 12.10			
ITEM 12.6 – Informações Gerais			
Nome	José Inácio Peixoto Neto		
Idade	58 anos		
Profissão	Administrador		
CPF ou Passaporte	509.378.987-91		
Cargo eletivo ocupado	Diretor Presidente		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2013		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor Administrativo		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Pelo controlador		
ITEM 12.7 – Não Aplicável (“n.a.”)			
ITEM 12.8 – Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Companhia Industrial Cataguases		
Cargo	Gerente Financeiro e Gerente de Recursos Humanos		
Funções inerentes ao cargo			
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Indústria Têxtil, 100% de capital brasileiro, privado. Não pertence a nenhum grupo econômico.		



Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	Assistente de Vendas, Gerente Financeiro, Gerente de Recursos Humanos, Diretor Administrativo e Diretor Presidente.	
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	iv. qualquer condenação criminal: nada a declarar. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nada a declarar. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada a declarar.	
ITEM 12.9 – Relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre		
a. administradores do emissor	Primo do Diretor Comercial	
b. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	(i) já declarado acima; (ii) nada a declarar.	
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	(i) já declarado acima; (ii) é membro da família controladora.	
d. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	(i) e (ii) já declarado acima.	
ITEM 12.10 – Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:		
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor	Não se aplica	
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não se aplica	
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de algumas dessas pessoas	Não se aplica	

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.6 A 12.10

ITEM 12.6 – Informações Gerais

Nome	José Pacheco de Medeiros Neto		
Idade	72 anos		
Profissão	Administrador de empresas		
CPF ou Passaporte	013.072.316-91		
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2013		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador		

ITEM 12.7 – Não Aplicável (“n.a.”)

ITEM 12.8 – Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando

Nome da empresa	Medeiros Neto Consultoria Empresarial Ltda.		
Cargo	Sócio Administrador		
Funções inerentes ao cargo	Gestor da empresa		
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Consultoria empresarial nas áreas financeira e administrativa.		



Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	Gerente financeiro e de comércio exterior e Membro suplente do Conselho de Administração
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.
ITEM 12.9 – Relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre	
a. administradores do emissor	Parentesco até 2º grau de administradores do emissor
b. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Parentesco até 2º grau de administrador da controlada Domínio Imobiliária, Empreendimentos e Participações Ltda.
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Membro da Família Peixoto detentora do controle acionário da Companhia
d. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	n.a.
ITEM 12.10 – Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor	n.a.
b. controlador direto ou indireto do emissor	n.a.
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de algumas dessas pessoas	n.a.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.6 A 12.10

ITEM 12.6 – Informações Gerais

Nome	Gustavo Peixoto Ferreira Leite		
Idade	58 anos		
Profissão	industrial		
CPF ou Passaporte	987.183.048-32		
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2013		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador		

ITEM 12.7 – Não Aplicável (“n.a.”)

ITEM 12.8 – Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando

Nome da empresa	1001 Indústria de Artefatos de Borracha Ltda		
Cargo	Diretor		
Funções inerentes ao cargo	Gestão da empresa		
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe	Artefatos de borracha – revestimento de cilindros		



ou espécie de valores mobiliários do emissor		
Nome da empresa	Pagé Indústria de Artefatos de Borracha Ltda.	
Cargo	Diretor	
Funções inerentes ao cargo	Gestão da empresa	
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Artefatos de Borracha - mangueiras industriais e defensas portuárias	
Nome da empresa	Flexomarine S/A	
Cargo	Diretor	
Funções inerentes ao cargo	Gestão da empresa	
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Fabricação de mangotes marítimos para operações Offshore de petróleo em alto-mar.	
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	Membro suplente do Conselho de Administração	
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	<p>i. qualquer condenação criminal: n.a.</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a.</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.</p>	
<u>ITEM 12.9 – Relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre</u>		
a. administradores do emissor	Parentesco até 2º grau de administradores do emissor	
b. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Parentesco até 2º grau de administrador da controlada Domínio Imobiliária, Empreendimentos e Participações Ltda.	
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Membro da Família Peixoto detentora do controle acionário da Companhia	
d. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	n.a.	
<u>ITEM 12.10 – Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</u>		
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor	n.a.	
b. controlador direto ou indireto do emissor	n.a.	
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de algumas dessas pessoas	n.a.	



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.6 A 12.10

ITEM 12.6 – Informações Gerais

Nome	Marcelo Inácio Peixoto		
Idade	56 anos		
Profissão	Arquiteto		
CPF ou Passaporte	509.269.857-87		
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho Fiscal		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2013		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor Administrativo		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Eleito pelo controlador		

ITEM 12.7 – Não Aplicável (“n.a.”)

ITEM 12.8 – Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando

Nome da empresa	Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.		
Cargo	Sócio - Administrador		
Funções inerentes ao cargo	Sócio Administrador da empresa		
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Corretagem, a administração, a locação, a compra, a venda, a incorporação de bens imóveis, o depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis e a participação como acionista ou cotista no capital de sociedades anônimas ou limitadas no País ou no exterior		
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Imobiliária		
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não se aplica		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	Não se aplica		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

ITEM 12.9 – Relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre

a. administradores do emissor	Irmão do Diretor Presidente e primo do Diretor Comercial da Companhia Industrial Cataguases		
b. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	n.a.		
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	n.a.		
d. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das	n.a.		



sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	
ITEM 12.10 – Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor	Sócio Administrador
b. controlador direto ou indireto do emissor	n.a.
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de algumas dessas pessoas	n.a.

CANDIDATOS AOS CARGOS DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.6 A 12.10	
ITEM 12.6 – Informações Gerais	
Nome	Glaydson Ferreira Cardoso
Idade	36 anos
Profissão	Advogado
CPF ou Passaporte	005.273.616-40
Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
Data de eleição	
Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2013
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador
ITEM 12.7 – Não Aplicável (“n.a.”)	
ITEM 12.8 – Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando	
Nome da empresa	Botelho, Spagnol Advogados
Cargo	Sócio
Funções inerentes ao cargo	Advocacia e consultoria jurídica em matéria tributária
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Prestação de serviços a empresas na avaliação de ativos e passivos de natureza fiscal, defesas administrativas, propositura de medidas judiciais.
Nome da empresa	Ferreira Cardoso, Vasconcellos & Teodoro Advogados
Cargo	Sócio
Funções inerentes ao cargo	Advocacia e consultoria jurídica em matéria tributária
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Prestação de serviços a empresas na avaliação de ativos e passivos de natureza fiscal, defesas administrativas, propositura de medidas judiciais.
Nome da empresa	Banco Mercantil do Brasil S/A
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Funções inerentes ao cargo	Participação nos atos de gestão de competência do Conselho de Administração
Atividade principal da empresa na qual tais	Definição das políticas de gestão e direcionamento



experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	da Instituição Financeira de conformidade com as normas de regência dos entes reguladores e normas societárias.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	Membro do Conselho de Administração e Conselho Fiscal
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.
ITEM 12.9 – Relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre	
a. administradores do emissor	n.a.
b. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	n.a.
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	n.a.
d. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	n.a.
ITEM 12.10 – Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor	n.a.
b. controlador direto ou indireto do emissor	n.a.
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de algumas dessas pessoas	n.a.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.6 A 12.10	
ITEM 12.6 – Informações Gerais	
Nome	José Heitor Leonardo
Idade	52 anos
Profissão	Contador
CPF ou Passaporte	331.808.656-87
Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
Data de eleição	
Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2013
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador
ITEM 12.7 – Não Aplicável (“n.a.”)	
ITEM 12.8 – Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando	
Nome da empresa	Indústrias Químicas Cataguases Ltda.
Cargo	Diretor
Funções inerentes ao cargo	Administração, finanças e logística
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que	Produção e comercialização de produtos químicos para tratamento



integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor		de águas e efluentes, produtos para floculação, cloração e fluoretação.
Nome da empresa	Cataguases Gráfica e Editora Líder Ltda.	
Cargo	Gerente	
Funções inerentes ao cargo	Administração financeira	
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor		Empresa gráfica, impressão plana em Off-Set
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas		Conselheiro Fiscal
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.	
ITEM 12.9 – Relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre		
a. administradores do emissor	n.a.	
b. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	n.a.	
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	n.a.	
d. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	n.a.	
ITEM 12.10 – Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:		
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor	n.a.	
b. controlador direto ou indireto do emissor	n.a.	
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de algumas dessas pessoas	n.a.	

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.6 A 12.10

ITEM 12.6 – Informações Gerais

Nome	Enio de Melo Coradi		
Idade	48 anos		
Profissão	Contador		
CPF ou Passaporte	526.204.506-69		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho Fiscal		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2013		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Eleito pelo controlador		
ITEM 12.7 – Não Aplicável (“n.a.”)			



ITEM 12.8 – Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando

Nome da empresa	Banco Mercantil do Brasil S/A	
Cargo	Membro do Comitê Estatutário de Auditoria	
Funções inerentes ao cargo	<p>- Monitoramento dos riscos corporativos e correspondentes sistemas de gestão.</p> <p>- Avaliação da cultura de controle, aferição da eficácia dos controles internos e cumprimento de leis e regulamentações (compliance).</p> <p>- Acompanhamento do processo de elaboração de relatórios financeiros para asseguar a qualidade, transparência e integridade das informações financeiras publicadas.</p>	
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Instituição Financeira	
Nome da empresa	Labtest Diagnóstica S.A.	
Cargo	Conselheiro Fiscal	
Funções inerentes ao cargo	Participação nos atos de gestão de competência do Conselho Fiscal	
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Definição das políticas de gestão e direcionamento da Instituição Financeira de conformidade com as normas de regência dos entes reguladores e normas societárias.	
Nome da empresa	Cooperativa Central dos produtores Rurais de Minas Gerais - Itambé	
Cargo	Assessoria da Vice Presidência Administrativa e Financeira	
Funções inerentes ao cargo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Suprir a Diretoria da empresa com estudos e informações estratégicas e de negócios para tomadas de decisão. ▪ Busca de oportunidades, junto a Alta Administração, para aperfeiçoamento dos sistemas de governança corporativa da empresa, através do seu estudo e implementação, à luz das melhores práticas. ▪ Estudo das operações, processos de negócio e correspondente revisão e definição de práticas, controles e procedimentos de gestão administrativa, contábil e correspondentes efeitos legais e societários, com vistas a busca de ganhos de eficiência operacional e financeira e melhoria nos quesitos transparência e prestação de contas. ▪ Avaliação, revisão e elaboração atualizada de relatórios gerenciais de uso interno e externo, notadamente de caráter contábil e financeiro, à luz da atual legislação societária brasileira e normas internacionais de contabilidade (IFRS). ▪ Apoio à Direção na adoção dos novos CPC's (novas práticas contábeis brasileiras) e IFRS. ▪ Apoiar o atendimento e acompanhamento de auditoria interna e externa, bem como de eventuais fiscalizações. ▪ Desenvolver equipes multidisciplinares, no âmbito da gestão administrativa e financeira, através de práticas de treinamento e, se aplicável, de coaching e mentoring. <p>Construção do conjunto de informações e contábeis e financeiras e</p>	



	correspondentes KPIs, por ocasião da implementação, ora em curso, do software de ERP SAP	
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Cooperativa de Produtores Rurais	
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	Não se aplica	
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.	
ITEM 12.9 – Relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre		
a. administradores do emissor	n.a.	
b. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	n.a.	
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	n.a.	
d. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	n.a.	
ITEM 12.10 – Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:		
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor	n.a.	
b. controlador direto ou indireto do emissor	n.a.	
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de algumas dessas pessoas	n.a.	

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.6 A 12.10		
ITEM 12.6 – Informações Gerais		
Nome	Igor Fonseca Santos Teixeira	
Idade	32 anos	
Profissão	Advogado	
CPF ou Passaporte	042.116.226-09	
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho Fiscal	
Data de eleição		Data da posse
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2013	
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.	
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador	
ITEM 12.7 – Não Aplicável (“n.a.”)		
ITEM 12.8 – Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando		
Nome da empresa	Ferreira Cardoso, Vasconcello & Teodoro - Advogados	
Cargo	Advogado	
Funções inerentes ao cargo	Consultoria e Advocacia preventiva	
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações	Consultoria e Advocacia preventiva	



que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor		
Nome da empresa	Botelho, Spagnol Advogados	
Cargo	Advogado	
Funções inerentes ao cargo	Consultoria e Advocacia preventiva	
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor		Consultoria e Advocacia preventiva
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas		Membro suplente do Conselho Fiscal
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.	
ITEM 12.9 – Relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre		
a. administradores do emissor	n.a.	
b. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	n.a.	
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	n.a.	
d. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	n.a.	
ITEM 12.10 – Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:		
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor	n.a.	
b. controlador direto ou indireto do emissor	n.a.	
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de algumas dessas pessoas	n.a.	

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.6 A 12.10			
ITEM 12.6 – Informações Gerais			
Nome	Rogério Pereira Comello		
Idade	67 anos		
Profissão	Contador		
CPF ou Passaporte	290.957.007-04		
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho Fiscal		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2013		



Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador
ITEM 12.7 – Não Aplicável (“n.a.”)	
ITEM 12.8 – Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando	
Nome da empresa	Comello Contabilidade
Cargo	Sócio
Funções inerentes ao cargo	Contábil e tributária
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Escritório de contabilidade e escritas fiscais de empresas.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	Membro suplente do Conselho Fiscal
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.
ITEM 12.9 – Relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre	
a. administradores do emissor	n.a.
b. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	n.a.
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	n.a.
d. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	n.a.
ITEM 12.10 – Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor	n.a.
b. controlador direto ou indireto do emissor	n.a.
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de algumas dessas pessoas	n.a.

5. EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, INCISO III, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009, ABAIXO OS COMENTÁRIOS DOS NOSSOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA NOSSA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES.

10 Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

- a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia Industrial Cataguases (“CIC” ou “Companhia”) é uma indústria que atua no setor têxtil. Sua geração de caixa tem sido suficiente para cobrir suas despesas operacionais e suas dívidas. Ela



investe constantemente na melhoria, manutenção e expansão da sua competitividade e capacidade produtiva. Para o financiamento destes investimentos, a CIC busca o apoio de bancos de fomento.

Globalmente, 2012 foi um ano marcado por uma neutralidade no crescimento econômico em relação a 2011, com a continuidade da crise na Europa, desaceleração na China, e período de recuperação nos Estados Unidos.

No Brasil, o Governo federal, com o objetivo de proteger o País contra os efeitos da desaceleração da economia global, fez mudanças na política fiscal e monetária, reduzindo tributos e juros.

Não obstante a conjuntura enfrentada, a Companhia Industrial Cataguases manteve seu histórico de resultado positivo, consolidando sua posição como principal fornecedor nacional de tecidos leves, 100% algodão, para vestuário e decoração. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio alcançou 3,56%, com uma geração de caixa proveniente das atividades operacionais de R\$ 29.079 mil e lucro líquido de R\$5.173 mil.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

“ARTIGO 7º - (...)

Parágrafo único – *O resgate poderá se efetuar de uma só vez ou por sorteio, a juízo do Conselho de Administração que, na operação, utilizará as reservas de capital ou os lucros.”*

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

De acordo com o artigo mencionado no item anterior as formas de resgate dar-se-ão de uma só vez ou por sorteio.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O endividamento líquido apresentou aumento de R\$ 1.568mil em função de um perfilamento de R\$ 25MM realizado no final do ano que teve em seu planejamento inicial uma sobra para compensar os desencaixes de caixa previsto na nossa eventual sazonalidade no início do ano seguinte.

Nos último 3 anos o índice de cobertura da dívida líquida foi:

Indicador	2010	2011	2012
EBITDA	2,31	2,69	2,95

O avanço do endividamento é resultado do plano de investimentos na modernização do parque fabril que se iniciou a partir de 2010 e o aumento da necessidade de capital giro, via aumento de estoque para melhor atender os nossos clientes na pronta entrega.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente a principal fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes é o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social.



e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia não tem a intenção de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes



CONTRATOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS RELEVANTES

A tabela abaixo apresenta os contratos e empréstimo e financiamento mais relevantes:

Fonte	Assinatura	Finalidade	Juros	Vencimento	Saldo da Dívida (R\$ mil)						
					2007	2008	2009	2010	2011	2012	
ABN AMRO REAL	29/10/2008	ALGODÃO	6,75% aa	26/06/2009	-	3.614	-	-	-	-	-
BBM	05/09/2008	CAP GIRO	CDI + 0,4% ao mês	05/08/2011	-	2.566	-	-	-	-	-
BDMG	15/06/2010	IMOBILIZADO	4,5% aa	15/06/2020	-	-	-	75	74	69	-
BNDES	08/03/2007	IMOBILIZADO	TJLP + 5,5% aa	15/03/2010	4.045	3.030	1.452	-	-	-	-
BNDES	08/05/2008	SISTEMAS	TJLP + 4,8% aa	15/04/2010	-	819	214	-	-	-	-
BNDES	20/10/2006	SISTEMAS	TJLP + 4,8% aa	15/11/2009	3.319	1.906	-	-	-	-	-
BNDES	09/06/2008	CAP GIRO	TJLP + 4,8% aa	15/05/2010	2.331	2.348	561	-	-	-	-
BNDES	30/09/2010	CAP GIRO	7% aa	15/12/2011	-	-	-	16.544	-	-	-
BRADESCO	13/07/2007	CAP GIRO	LIBOR + 0,5% aa	20/07/2011	5.832	5.958	4.481	2.936	-	-	-
BRADESCO	31/07/2009	ALGODÃO	6,75% aa	26/03/2010	-	-	798	-	-	-	-
BRADESCO	19/10/2009	ALGODÃO	6,75% aa	16/06/2010	-	-	313	-	-	-	-
BRADESCO	17/11/2009	ALGODÃO	6,75% aa	15/07/2010	-	-	1.334	-	-	-	-
BRADESCO	11/11/2008	ALGODÃO	6,75% aa	10/05/2009	-	942	-	-	-	-	-
BRADESCO	15/08/2008	ALGODÃO	6,75% aa	10/04/2009	-	329	-	-	-	-	-
BRADESCO	14/12/2009	ALGODÃO	6,75% aa	11/08/2010	-	-	482	-	-	-	-
BRASIL	08/02/06	CAP GIRO	LIBOR + 2% aa	10/04/2009	2.852	929	-	-	-	-	-
BRASIL	31/07/2008	IMOBILIZADO	EURO + 6,01% aa	22/11/2011	1.522	5.079	3.770	2.485	-	-	-
BRASIL	31/03/2010	CAP GIRO	TR + 10,942% aa	25/05/2011	-	-	-	2.100	-	-	-
BRASIL	28/08/2009	CAP GIRO	VC + 2,15% aa	24/02/2010	-	-	1.943	-	-	-	-
BRASIL	30/10/2009	CAP GIRO	TR + 9,93% aa	20/10/2011	-	-	7.134	6.000	-	-	-
BRASIL	21/09/2007	CAP GIRO	TJLP + 2,53% aa	22/12/2008	4.620	-	-	-	-	-	-
BRASIL	25/03/2009	CAP GIRO	LIBOR + 7,5% aa	27/03/2012	-	-	3.063	1.840	651	-	-
BRASIL	28/07/2010	CAP GIRO	11,25% aa	15/06/2012	-	-	-	4.616	-	-	-
BRASIL	01/06/2007	CAP GIRO	11,12% aa	11/06/2008	754	-	-	-	-	-	-
BRASIL-NCI-FAT	21/09/2007	CAP GIRO	TJLP + 2,53% aa	21/08/2009	-	1.732	-	-	-	-	-
DIBENS	28/04/2008	IMOBILIZADO	IGP-M/ IPCA	28/03/2011	-	68	13	-	-	-	-
HSBC	26/09/2008	ALGODÃO	6,75% aa	22/05/2009	-	1.090	-	-	-	-	-
HSBC	20/10/2007	ALGODÃO	6,75% aa	17/04/2008	249	-	-	-	-	-	-
HSBC	11/11/2007	ALGODÃO	6,75% aa	09/05/2008	1.463	-	-	-	-	-	-
HSBC	26/09/2009	CAP GIRO	DÓLAR + 6,7% aa	04/06/2012	-	-	3.482	2.222	834	-	-
HSBC	01/12/2010	ALGODÃO	6,75% aa	30/05/2011	-	-	-	1.728	-	-	-
HSBC	30/06/2007	IMOBILIZADO	IGP-M/ IPCA	30/06/2012	-	158	28	-	-	-	-
ITAU	26/03/2007	CAP GIRO	103,80% do CDI	17/03/2010	2.280	1.742	884	-	-	-	-
ITAU	10/08/2009	ALGODÃO	6,75% aa	07/04/2010	-	-	1.220	-	-	-	-
ITAU	20/11/2009	ALGODÃO	6,75% aa	19/05/2010	-	-	804	-	-	-	-
ITAU	23/10/2009	ALGODÃO	6,75% aa	23/06/2010	-	-	600	-	-	-	-
ITAU	29/10/2009	ALGODÃO	6,75% aa	25/06/2010	-	-	589	-	-	-	-
ITAU	21/12/2009	ALGODÃO	6,75% aa	19/08/2010	-	-	759	-	-	-	-
ITAU	24/11/2009	ALGODÃO	6,75% aa	23/07/2010	-	-	253	-	-	-	-
ITAU	09/09/2009	ALGODÃO	6,75% aa	07/05/2010	-	-	529	-	-	-	-
ITAU	14/12/2009	ALGODÃO	6,75% aa	12/08/2010	-	-	1.154	-	-	-	-
ITAU	21/08/2008	ALGODÃO	6,75% aa	17/04/2009	-	902	-	-	-	-	-
ITAU	21/09/2009	ALGODÃO	6,75% aa	19/05/2010	-	-	785	-	-	-	-
ITAU	15/10/2010	ALGODÃO	6,75% aa	13/04/2011	-	-	-	4.676	-	-	-
ITAU	12/02/2007	CAP GIRO	LIBOR + 1,55% aa	20/01/2012	3.266	3.316	1.853	1.088	378	-	-
ITAU	28/03/2010	CAP GIRO	VC + 3,70% aa	21/03/2011	-	-	-	1.714	-	-	-
ITAU	23/04/2010	CAP GIRO	LIBOR 4,4% aa	30/03/2015	-	-	-	5.070	5.679	4.758	-
ITAUTEC	13/04/2007	IMOBILIZADO	IGP-M/ IPCA	06/01/2012	-	239	226	77	16	-	-
SANTANDER	07/11/2010	ALGODÃO	6,75% aa	06/05/2011	-	-	-	2.786	-	-	-
SANTANDER	01/07/2010	CAP GIRO	LIBOR + 4,25% aa	16/06/2015	-	-	-	5.068	5.689	6.739	-
SANTANDER	05/04/2006	CAP GIRO	LIBOR + 2% aa	25/03/2009	-	473	-	-	-	-	-
SANTANDER	05/04/2006	CAP GIRO	LIBOR + 2% aa	10/09/2008	1.455	-	-	-	-	-	-
SANTANDER	16/05/2008	ALGODÃO	6,75% aa	12/11/2008	1.516	-	-	-	-	-	-
SANTANDER	18/09/2009	ALGODÃO	6,75% aa	14/05/2010	-	-	567	-	-	-	-
SANTANDER	25/08/2009	ALGODÃO	6,75% aa	22/04/2010	-	-	312	-	-	-	-
UNIBANCO	03/10/2007	ALGODÃO	6,75% aa	31/03/2008	1.745	-	-	-	-	-	-
UNIBANCO	07/01/2008	CAP GIRO	8,50% aa	17/01/2011	-	9.441	7.238	559	-	-	-
UNIBANCO	12/03/2008	IMOBILIZADO	7,00% aa	15/03/2016	-	6.992	6.272	5.905	4.507	3.253	-
UNIBANCO	09/02/2007	CAP GIRO	LIBOR + 2,08% aa	19/01/2012	4.494	4.981	2.933	1.477	544	-	-
VOTORANTIM	01/12/2010	ALGODÃO	6,75% aa	30/05/2011	-	-	-	840	-	-	-
BRASIL	22/02/2007	IMOBILIZADO	EURO + 1% aa	22/06/2012	4.768	4.623	2.614	1.456	473	-	-
BRASIL	28/09/2010	IMOBILIZADO	EURO + 3,45% aa	05/08/2016	-	-	-	1.640	3.259	1.564	-
BRASIL	28/09/2010	IMOBILIZADO	EURO + 3,2% aa	05/08/2016	-	-	-	-	-	1.213	-
BRASIL	26/05/2011	IMOBILIZADO	LIBOR + 3% aa	09/09/2016	-	-	-	-	1.302	1.692	-
HSBC	07/01/2011	IMOBILIZADO	VC + 3,05% aa	14/12/2015	-	-	-	-	570	402	-
SANTANDER	28/04/2011	IMOBILIZADO	LIBOR + 4,25% aa	03/01/2013	-	-	-	-	789	223	-
HSBC	27/05/2011	IMOBILIZADO	VC + 3,05% aa	21/05/2016	-	-	-	-	2.296	1.885	-
ITAU	30/08/2011	ALGODÃO	6,75% aa	06/06/2012	-	-	-	-	4.740	-	-
BRADESCO	28/12/2011	ALGODÃO	6,75% aa	18/08/2012	-	-	-	-	1.104	-	-
BRASIL	29/12/2011	ALGODÃO	6,75% aa	18/08/2012	-	-	-	-	1.157	-	-
HSBC	22/11/2011	ALGODÃO	6,75% aa	06/07/2012	-	-	-	-	1.781	-	-
SANTANDER	23/12/2011	EXIM	9% aa	17/06/2013	-	-	-	-	6.012	-	-
BRADESCO	25/11/2011	EXIM	9% aa	15/05/2013	-	-	-	-	5.140	6.667	-
BRASIL	26/01/2011	CAP GIRO	IRP + 11,445% aa	26/12/2012	-	-	-	-	1.958	-	-
BRASIL	14/03/2011	CAP GIRO	IRP + 12,264% aa	14/02/2013	-	-	-	-	2.223	-	-
BRASIL	11/05/2011	CAP GIRO	IRP + 12,291% aa	29/04/2013	-	-	-	-	1.304	-	-
SANTANDER	16/02/2011	CAP GIRO	LIBOR + 5% aa	15/01/2016	-	-	-	-	6.703	7.317	-
HSBC	14/02/2011	CAP GIRO	LIBOR + 4,5% aa	18/01/2016	-	-	-	-	4.779	5.216	-
SANTANDER	29/03/2011	CAP GIRO	LIBOR + 5,1% aa	25/02/2016	-	-	-	-	5.868	4.718	-
HSBC	26/05/2011	CAP GIRO	LIBOR + 4,8% aa	26/04/2016	-	-	-	-	5.095	4.323	-
BRASIL	14/07/2011	CAP GIRO	VC + 2,42% aa	06/07/2012	-	-	-	-	1.897	-	-
VOTORANTIM	21/10/2011	CAP GIRO	TJLP + 7,89% aa	15/10/2014	-	-	-	-	6.143	-	-
SANTANDER	DIVERSAS	VENDOR	12,68% aa	DIVERSAS	-	-	-	-	4.118	184	-
ITAU BBA	06/09/2012	ALGODÃO	5,5% aa	26/04/2013	-	-	-	-	-	1.321	-
ITAU BBA	08/08/2012	ALGODÃO	5,5% aa	05/04/2013	-	-	-	-	-	1.078	-
ITAU BBA	19/11/2012	ALGODÃO	5,5% aa	10/07/2013	-	-	-	-	-	1.297	-
HSBC	11/10/2012	ALGODÃO	5,5% aa	29/05/2013	-	-	-	-	-	1.012	-
HSBC	06/12/2012	ALGODÃO	5,5% aa	27/07/2013	-	-	-	-	-	1.004	-
BRASIL	31/10/2012	ALGODÃO	5,5% aa	22/06/2013	-	-	-	-	-	1.580	-
SANTANDER	17/10/2012	ALGODÃO	5,5% aa	07/06/2013	-	-	-	-	-	1.413	-
SANTANDER	29/11/2012	ALGODÃO	5,5% aa	10/07/2013	-	-	-	-	-	1.421	-
BRASIL	29/05/2012	IMOBILIZADO	EURIBOR + 2,75% aa	14/05/2015	-	-	-	-	-	2.976	-
BRADESCO	13/09/2012	IMOBILIZADO	6,5% aa	16/07/2018	-	-	-	-	-	113	-
ITAU BBA	13/12/2012	ALGODÃO	5,5% aa	16/11/2017	-	-	-	-	-	47	-
SANTANDER	13/12/2012	ALGODÃO	5,5% aa	16/11/2017	-	-	-	-	-	47	-

Praca José Manoel Peixoto, 28 - Cx Postal 29 - CEP 36.772-900 - CATAGUASES - MG - BRASIL - Tel (32) 3422-2211 - Fax (32) 3421-1382 - www.cataguases.com.br - e-mail: cic@cataguases.com.br

TOTAL	46.511	63.277	58.660	72.902	87.083	88.651
--------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------



- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços bancários com diversas instituições financeiras como contratos de conta corrente e transferência bancária e contratos de prestação de garantias, etc.

- iii. grau de subordinação entre as dívidas (Não se aplica).
- iv. comentário sobre eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia possui dois contratos de empréstimo com cláusula restritiva, os quais foram cumpridos ou formalizados perdão por instituições financeiras no exercício de 2012, não sendo executada nenhuma sanção.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados (Não se aplica)

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Ativo Circulante – Aumento na ordem de 8,44%, em decorrência de:

Contas a Receber de clientes: Redução em consequência da redução das vendas em virtude da retração do mercado em 2012.

Estoques: Redução do saldo para adequação aos novos níveis de produção em decorrência da retração do mercado em 2012.

Ativo Não Circulante – Redução de 1,3% em virtude da redução nos investimentos.

Passivo Circulante – Redução da ordem de 24,73%, em decorrência de:

Empréstimos e financiamentos: Migração do passivo circulante para não circulante.

Dividendo/Participação dos empregados: Redução do lucro líquido da Companhia.

Passivo Não Circulante - Aumento da ordem de 3%, em decorrência basicamente de:

Empréstimos e financiamentos: Migração do passivo circulante para não circulante.

Passivo Fiscal Diferido: Aumento em razão da reversão dos Encargos de Capacidade Emergencial em decorrência do prazo prescricional para cobrança.

10.2 Os diretores devem comentar

a. resultados das operações do emissor, em especial:

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita



A receita operacional da Companhia é composta pela venda de tecidos 100% algodão.

- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As vendas físicas da Companhia em 2012 consolidaram 25.277 mil metros lineares de tecidos, quantidade esta 14,34% menor que o registrado em 2011. Esta queda nas vendas foi verificada mais intensamente no mercado externo, onde registramos um volume menor de 23,92%, enquanto no mercado interno registramos uma redução de 11%. Apesar da redução nas quantidades comercializadas a Companhia experimentou uma melhora substancial na receita líquida por metros lineares quando comparada com a verificada em 2011. No mercado interno esta melhora foi de 1,65%, enquanto no mercado externo registramos uma melhora de 19,48%, reflexo da variação cambial.

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida alcançou R\$192.686 mil em 2012 (R\$212.766 mil em 2011), apresentando uma redução de 9,44%. Em relação à conjuntura econômica Brasileira, o ano de 2012 foi marcado pela queda no volume físico das vendas, contudo minimizada pela melhora na receita líquida por metros lineares vendidos. O custo dos produtos vendidos em 2012 foi de R\$ 157.604 mil, R\$ 162.614 mil em 2011. A redução tem como principal motivo a queda no volume das vendas. Com a finalidade de se adequar a demanda, baixar estoques e priorizar o fluxo de caixa, a Companhia reduziu a produção em 19,02%, de 29.878mil metros lineares em 2011 para 24.193 mil metros lineares em 2012. Nominalmente observa-se uma redução de 7,85% (R\$33.993 mil em 2012 e R\$36.888 mil em 2011) nas despesas comerciais, gerais e administrativas e que os patamares de gastos estão em linha com o nível de vendas de 2012, mantendo a relação OVER HEAD/Receita líquida estável.

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado financeiro líquido em 2012 totalizou R\$ 1.938 mil, contra R\$ 3.169 mil em 2011, a redução de 38,84% está diretamente relacionada com a variação cambial líquida negativa que representou em 2012 R\$ 3.929 mil.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional (Não se aplica).
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária (Não se aplica).
- c. eventos ou operações não usuais (Não se aplica)

10.4 Os Diretores devem comentar sobre:

- a. As mudanças significativas nas práticas contábeis (Não se aplica).
- b. Os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis (Não se aplica).



c. As ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não há ressalvas, limitações de escopo ou mesmo parágrafos de ênfase no parecer auditor independente.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Abaixo apresentamos as práticas contábeis que, na avaliação da Administração, são as mais relevantes na confecção e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia:

1. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a



gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa do Grupo são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo



3. *Imobilizado*

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 efetuada no BR GAAP.

A Companhia optou por valorizar alguns dos seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que o custo histórico deduzido não representa a melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução do valor recuperável quando requerido e por não apresentar os seus valores de aquisição de maneira consistente aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:



	<u>Vida útil (em anos)</u>
Edificações	18,2
Máquinas e equipamentos	11,1
Instalações	11,1
Móveis e utensílios	10 e 5
Veículos	5
Intangível	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

4. *Redução ao Valor Recuperável (Impairment)*

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 01 de janeiro de 2009.

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.



5. Benefícios a empregados - Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

6. Provisões para contingências

	Controladora e Consolidado				31/12/2012
	31/12/2011	Adição	Baixa	Atualização	
Trabalhista	10	-	-	-	10
Tributária	7.441	-	-	-	7.441
Cível	6.457	-	(2.399)	63	4.121
Outras	2.287	-	-	-	2.287
	16.195	-	(2.399)	63	13.859
Depósitos judiciais	(5.343)	(130)	550	-	(4.923)

A Companhia e sua controlada são parte (polo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Considerando o prognóstico dos processos judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso Balanço quando: (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas juntos aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro 2012, a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante aproximado de R\$ 2.115 referente a causas de natureza cível, tributária e trabalhista que não estão provisionados.

Do montante líquido de contingências destacamos os principais processos:

a. Tributárias:

ICMS – Tarifa do Uso da Rede do Sistema Nacional de Energia Elétrica (“TUSD”) - MG - Refere-se à discussão judicial sobre a legalidade da cobrança do ICMS sobre o direito de uso das linhas de transmissão de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2012, a provisão constituída monta a R\$3.916 (R\$3.916 em 31 de dezembro de 2011). Os depósitos judiciais efetuados no âmbito desse processo montam em R\$3.916 nas mesmas datas base.

Conforme descrito na Nota explicativa 10a, em 30 de novembro de 2011 a Companhia protocolou requerimento relativo a “Utilização do referido crédito acumulado para pagamento de crédito tributário relativo ao ICMS (TUSD)” e solicitando a liberação do depósito judicial no mesmo montante (valor não atualizado) a seu favor, referente a lide. Em 02 de dezembro de 2011, a Procuradoria da Dívida Ativa do Estado de Minas Gerais deferiu o requerimento restando apenas as formalizações legais para conclusão do acordo.



Em 14 de dezembro de 2012, com a aprovação da Lei Estadual 20.540, autorizando o poder executivo a dispensar o pagamento do ICMS, multa e juros relativo aos encargos de Conexão e à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD no fornecimento de energia elétrica, a Companhia suspendeu o acordo anterior e aguarda a publicação do Decreto que permitirá a operacionalização do pedido junto da dispensa do débito, e solicitar a liberação do depósito judicial a seu favor, aos órgãos competentes

Auto de Infração INSS – refere-se à discussão sobre suposta irregularidade na apuração e recolhimento das verbas previdenciárias sobre assistência médica, seguro de vida, cartão de crédito corporativo e vínculo empregatício no valor de R\$2.933. A autuação ocorreu em 01 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou defesa em 29 de dezembro de 2010, a discussão encontra-se em esfera administrativa.

b. Cível:

Discussão contratual de reajuste de preço de energia elétrica – Em fevereiro de 2006, a Companhia ingressou com uma ação ordinária de revisão contratual em face de um de seus fornecedores de energia elétrica. O objeto dessa ação judicial é discutir o reajuste dos valores contratados. O saldo remanescente dessa discussão legal é de R\$44.367 (R\$43.398 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia efetuou depósitos judiciais para essa causa no montante de R\$23.648, tendo sido levantado pela parte contrária, R\$ 17.197 em 30 de junho de 2010 e R\$ 6.451 em 22 de junho de 2011.

A diferença entre os valores efetivamente depositados e o valor cobrado em documento fiscal foi de R\$ 20.719. Considerando o andamento do processo a Companhia, com base no parecer de seus assessores jurídicos, provisionou adicionalmente o montante de R\$ 4.043.

Ação rescisória nº 2306 – ajuizada perante o STF, com intuito de desconstituição parcial da coisa julgada e com nova apreciação única e exclusivamente da questão relacionada aos honorários de sucumbência arbitrados de forma irrazoável no valor de R\$ 2.254 em setembro de 2011, devido a uma ação ordinária (24.97.108265-6 – 3ª Vara da Fazenda Estadual de BH) onde se buscava originariamente o reconhecimento de crédito de ICMS, não sendo a Companhia devedora do Estado de qualquer valor referente ao tributo.

Encargo de Capacidade Emergencial (“ECE”) – Refere-se à discussão judicial visando declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do ECE e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial (“EAEEE”), em virtude da existência de vícios técnicos quando da instituição dessas exações. Contudo, em 21/06/2011, foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido formulado, sob o fundamento de que o STF, em controle concentrado de constitucionalidade já decidira a questão de forma desfavorável aos contribuintes. A Companhia deliberou pela não interposição de Recurso de Apelação e em 25/08/2011 a decisão desfavorável a Companhia foi transitada em julgado. Em 30 de junho de 2012, a provisão constituída monta a R\$2.399 (R\$ 2.338 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia efetuou depósitos judiciais para essa causa no montante de R\$335. Conforme parecer do patrono da ação, ao ECE é aplicável o Decreto nº 20.190/32 no que diz respeito a prescrição, uma vez que se trata de relação com a Administração Pública, este estabelece o prazo prescricional quinquenal (5 anos). Assim a União Federal teve o prazo de 5 anos, contados da data em que foi restabelecida a exigência do ECE (16/08/2005) para promover a ação de cobrança dos valores referentes à ECE, não tendo sido tal medida ajuizada até a presente data, os valores relativos ao ECE devidos pela Companhia encontram-se prescritos, sendo aplicável a reversão da provisão vinculada ao processo.

7. Informação por segmento



Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia vem promovendo um fortalecimento da sua estrutura geral de controles internos buscando estruturar a coordenação interna e equipe para acompanhar e absorver a metodologia de gestão de riscos.

- b. comentários sobre as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório de recomendações sobre os controles internos apresentado pelo auditor independente contém recomendações de materialidade não relevante para o valor e capacidade de pagamento da companhia e está sendo acompanhado pela administração.

10.7. Comentários sobre oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar :

- a. comentários sobre como os recursos resultantes da oferta foram utilizados (Não se aplica).
- b. comentários sobre desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição (Não se aplica).
- c. comentários sobre tais desvios (Não se aplica).

10.8 Comentários sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. Comentários sobre ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - v. Comentários sobre arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - iii. Comentários sobre carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos



- iv. Comentários sobre contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- v. Comentários sobre contratos de construção não terminada
- vi. Comentários sobre contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia, em 31 de dezembro de 2012, não possui ativos e/ou passivos que não aparecem em suas demonstrações financeiras ou que não estejam divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

- b. Comentários sobre outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras (Não se aplica).

10.9. Comentários sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8 :

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor (Não se aplica).
- b. natureza e o propósito da operação (Não se aplica).
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação (Não se aplica).

10.10. Comentários sobre os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:
 - i. Comentários sobre a descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Administração manteve projetos de investimentos para melhoria da competitividade, aplicando recursos da ordem de R\$6.730 mil.

Para o próximo exercício, além da continuidade dos projetos iniciados em 2012 (R\$ 797 mil), estão previstos novos investimentos da ordem de R\$ 4.761 mil, em projetos que visam a manutenção da capacidade produtiva.

- ii. Comentários sobre as fontes de financiamento dos investimentos

A CIC pretende acessar os bancos de fomento para os investimentos previstos em 2012, além de utilizar de recursos próprios provenientes de retenção de lucros.

- iii. Comentários sobre desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 adquiriu participação de 51% da empresa Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de



vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria. O Conselho de Administração da Companhia, após análises societárias, estratégicas e financeiras decidiram por unanimidade descontinuar a operação com a Caporena Comércio de Roupas Ltda.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor (Não se aplica).
- c. novos produtos e serviços, indicando:
 - i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
 - ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
 - iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
 - iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os itens de “i” à “iv” listados acima não se aplicam à Companhia Industrial Cataguases.

10.11 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não se aplica.



ANEXO I

											Valores em R\$
Ano	Órgão	Nº de Membros	Honorários + Encargos		Remuneração Variável		PGBL		Assistência Médica + Seguro de Vida		Total por órgão
			Valor (R\$)	Part. %	Valor (R\$)	Part. %	Valor (R\$)	Part. %	Valor (R\$)	Part. %	
2010	Conselho de Administração	5	515.496,00	100,0%	0	0	0	0	0	0	515.496,00
2010	Conselho Fiscal	3	134.296,80	100,0%	0	0	0	0	0	0	134.296,80
2010	Diretoria	4	1.762.559,48	70,4%	213.611,19	8,5%	392.319,42	15,7%	134.599,04	5,4%	2.503.089,13
TOTAL		12	2.412.352,28	76,5%	213.611,19	6,8%	392.319,42	12,4%	134.599,04	4,3%	3.152.881,93
2011	Conselho de Administração	5	511.912,63	100,0%	0	0	0	0	0	0	511.912,63
2011	Conselho Fiscal	3	117.957,00	100,0%	0	0	0	0	0	0	117.957,00
2011	Diretoria	4	1.653.160,01	47,3%	1.131.993,28	32,4%	571.361,06	16,3%	140.835,00	4,0%	3.497.349,35
TOTAL		12	2.283.029,64	55,3%	1.131.993,28	27,4%	571.361,06	13,8%	140.835,00	3,4%	4.127.218,98
2012	Conselho de Administração	5	514.889,40	100,0%	0	0	0	0	0	0	514.889,40
2012	Conselho Fiscal	3	168.300,54	100,0%	0	0	0	0	0	0	168.300,54
2012	Diretoria	4	1.432.511,31	67,9%	-	0,0%	535.966,51	25,4%	139.792,56	6,6%	2.108.270,38
TOTAL		12	2.115.701,25	75,8%	-	0,0%	535.966,51	19,2%	139.792,56	5,0%	2.791.460,32
2013	Conselho de Administração	5	511.109,73	100,0%	0	0	0	0	0	0	511.109,73
2013	Conselho Fiscal	5	216.694,54	100,0%	0	0	0	0	0	0	216.694,54
2013	Diretoria	3	1.339.988,80	51,9%	458.482,00	17,8%	588.404,36	22,8%	193.523,57	7,5%	2.580.398,73
TOTAL		12	2.067.793,07	62,5%	458.482,00	13,9%	588.404,36	17,8%	193.523,57	5,8%	3.308.203,00

(*) Os valores de 2013 são propostas para aprovação da AGO



ANEXO II

PROPOSTA PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL RELATIVO

AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES, para fins do disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei 10.303/01 (Lei das S.A.), bem como em observância ao Estatuto Social da Companhia, submeterá à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária, a proposta de orçamento de capital para o exercício do ano de 2013 no montante de R\$ 4.761.226,00 (Quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil, duzentos e vinte e seis reais) conforme fontes de financiamentos demonstrados abaixo:

Proposta de orçamento de Capital da Companhia Industrial Cataguases	R\$4.761.226,00
Fontes de financiamento:	
Reserva de retenção de Lucros	R\$3.784.446,22
Outros recursos próprios/e ou de terceiros	R\$ 976.779,78

Os recursos supracitados serão investidos durante o exercício de 2013, tendo os mesmos a seguinte distribuição e detalhados no anexo I:

- R\$ 3.319.715,00 (Três milhões, trezentos e dezenove mil, setecentos e quinze reais) destinados a Capex- manutenção;
- R\$ 678.751,00 (Seiscentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e um reais) para Capex – TI;
- R\$ 762.760,00 (Setecentos sessenta e dois mil, setecentos e sessenta reais) direcionados ao projeto Meio Ambiente e sustentabilidade.

Desta forma propomos a deliberação da proposta de orçamento de capital acima.

Cataguases, 28 de fevereiro 2013.

Eduardo Peixoto Ferreira Leite
Presidente do Conselho de Administração



Anexo I

Classificação Projeto	ITEM (investimento)	Valor
CAPEX - MANUTENÇÃO	UP GRADE MERCERIZADEIRA	400.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	IMPLANTAÇÃO AVCB MATRIZ 2ª ETAPA	200.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	REVITALIZAÇÃO MATRIZ	200.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	ADEQUAÇÃO DA COZINHA E RESTAURANTE	200.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	REVITALIZAÇÃO CD 2ª ETAPA	180.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	MODIFICAÇÃO NA ASPIRAÇÃO DA CENTRAL DE RESÍDUOS	170.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	PORTARIA 1	150.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	UP-GRADE SISTEMA DE GAIOLA DA URDIDEIRA STA CLARA MZD Nº 02	150.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	TUBULAÇÃO DE ÁGUA INDUSTRIAL AÇO INOXIDÁVEL 8"	150.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	AUTOMÓVEL LEVE	150.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	ADEQUAÇÃO NR 10	100.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	SECADOR DE AR COMPRIMIDO METALPLAN	100.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	CONCRETAR ÁREA AO REDOR DA CAIXA DE 1 MILHÃO LITROS	100.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	AUTOMÓVEL PARA ESCRITÓRIO	95.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	UP GRADE PLACAS LDEC TEARES GAMAX	85.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	CALÇAMENTO DO DEPÓSITO ALGODÃO ÁREA EXTERNA	80.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	TROCADOR DE CALOR DAS POLIMERIZADEIRA	70.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	SISTEMA DE DETECÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO ABERTURA FIAÇÃO - FASE -2	60.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	CARROS DE TRANSPORTES DE PEÇAS DE TECIDOS	50.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	PENTES	50.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	MESANINO P/ OFICINA MECÂNICA	40.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	PLATAFORMA DE TRABALHO AÉREO JLG 1932 E2 (USADA)	35.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	UP-GRADE VAPORIZADOR MATHIS	32.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	ESTAQUEAMENTO BASE ESTRUTURAL	30.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	GERADOR 220 VOLTS X 20 KVA A DIESEL OU GASOLINA	30.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	ECOBRIISA	30.000
CAPEX - MANUTENÇÃO	OUTROS	382.715
		3.319.715
CAPEX - TI	LICENÇA DE SOFTWARE E SERVIÇOS	90.000
CAPEX - TI	DISCOS DE 600GB 3,5" 15K	87.147
CAPEX - TI	LIBRARY - MSL 4048 COM 44 MÍDIAS	65.000
CAPEX - TI	SWICTH SAN	56.221
CAPEX - TI	MICRO PADRÃO COMPLETO	46.500
CAPEX - TI	LICENÇA PRINT STUDIO	43.200
CAPEX - TI	AGENTES DO DATA PROTECTOR - AMBIENTE MICROSOFT	32.500
CAPEX - TI	OUTROS	258.183
		678.751
MEIO AMBIENTE	CENTRÍFUGA	230.036
MEIO AMBIENTE	ADEQUAÇÃO ETE	151.906
MEIO AMBIENTE	TUBULAÇÃO DE ÁGUA RESIDUAL AÇO INOXIDÁVEL 8"	150.000
MEIO AMBIENTE	AERADOR	68.058
MEIO AMBIENTE	REFORMA NA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DO RIO POMBA	35.000
MEIO AMBIENTE	AERADOR SUBMERSO HIGRA MODELOTORNADO 20	30.000
MEIO AMBIENTE	OUTROS	97.760
		762.760
		4.761.226